

-----**ATA N.º 17/2014**-----

-----Aos 06 dias do mês de agosto de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara não pode comparecer a esta reunião, por se encontrar em representação do Município.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16/7/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 16, da reunião ordinária do Executivo de 16/7/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção da Senhora**

Vereadora Maria do Céu Louro, por não ter estado presente na referida reunião. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** solicitou cópia de todos os autos, levantados pelo fiscal da Câmara Municipal, desde a tomada de posse deste executivo, até à presente data, às obras em Celorico da Beira.

-----De seguida, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** colocou à consideração dos Senhores Vereadores a alteração da data da próxima reunião de Câmara, passando a ser no dia 27/8/2014, ao invés de no dia 20/8/2014.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse não se opor a esta alteração, no entanto, pretende saber a razão da mesma.-----

-----Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que nessa data se encontra de férias, bem como, o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, não poderá comparecer, uma vez que se encontra em representação do Município.-----

-----A proposta foi aceite por todos, passando a próxima reunião de Câmara a realizar-se no dia 27/8/2014.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: PROJETO DE LEI DO PCP (ALTERAÇÃO AO MAPA JUDICIÁRIO)**-----

-----Foi presente para conhecimento, ofício do Grupo Parlamentar do PCP, datado de 11/7/2014, com registo de entrada n.º 6452, relativamente à temática em título.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** referindo-se à alteração do mapa judiciário, disse que no caso do concelho de Celorico da Beira, os processos com valor superior a trinta mil euros foram transferidos para a Comarca da Guarda, o que significa que no Tribunal de Celorico da Beira, ficam apenas os processos mais simples. Disse que com estas medidas, a curto prazo, o Tribunal Judicial de Celorico da Beira, será absorvido pelo novo mapa judiciário. Considera esta reforma tenebrosa, contra tudo e todos, acrescentando que o novo mapa está já a causar um colapso no sistema judiciário.-----

-----Disse que com a redefinição do mapa judiciário, o País fica dividido em 23 comarcas, que não serve os interesses de todos os cidadãos. Não existe uma redução em termos económicos, uma vez que os recursos se mantêm, a única diferença é que já não é o Juiz que se desloca à comarca. Entende que existem comarcas a mais, no entanto, esta redefinição deveria ter sido feita tendo em conta a realidade de cada comarca, bem como, os interesses de quem recorre à justiça. -----

-----Referindo-se à transferência efetiva dos processos, disse que a base de dados não vai funcionar. Espera que a Senhora Ministra, conclua que a justiça existe para servir os interesses dos cidadãos e não para satisfazer

os operadores judiciários ou para servir interesses de algumas magistraturas.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que é contra as alterações do mapa judiciário. Lamenta que o Tribunal de Fornos de Algodres vá para Gouveia, quando estava previsto vir para Celorico da Beira. Pretendeu saber, quais as medidas encetadas pelo executivo de então para inverter esta situação. O Tribunal de Celorico da Beira não tem assim tantos processos, e este executivo já abraçou a loja do cidadão, o que irá levar ao fim destes serviços, como já havia referido anteriormente. Disse ainda, que foi a Câmara Municipal quem deu o primeiro passo para a entrega do Tribunal, quando ficou responsável pela manutenção do edifício, em troca de uma casa.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** corrobora com o que foi referido pela Senhora Vereadora Maria do Céu Louro. Disse que a Câmara Municipal de Celorico da Beira, tem de cumprir com o que o governo central impõe, tal como todas as outras autarquias, apesar de discordar de tais medidas. No que diz respeito ao Tribunal de Fornos de Algodres, deu conhecimento de que o executivo conseguiu que o mesmo viesse para Celorico da Beira aquando do seu encerramento, no entanto, tal decisão foi alterada. Este executivo encetou esforços no sentido de inverter a situação, mas a tutela decidiu em contrário.-----

-----Disse que uma vez que o atual governo é PSD, partido pelo qual os Senhores Vereadores da Oposição foram eleitos, deveriam trabalhar no sentido de se fazerem ouvir. Esclareceu que este executivo não abraçou a loja do cidadão, existe sim, uma legislação, onde é imposta pelo atual governo, a criação da loja do cidadão. Os espaços Loja do Cidadão vão avançar em parceria com as autarquias e serão instaladas em edifícios das Câmaras, sendo esta também a fazer a gestão dos funcionários que vão atender particulares e empresas. Disse que é a favor da loja do cidadão,

numa perspetiva de proximidade, não nos moldes em que a mesma está a ser imposta. Disse ainda, que esta Lei não é casual, sendo que, a intenção é que a Câmara tenha dois ou três balcões de atendimento e todos os assuntos sejam encaminhados para a CIM. -----

-----No que concerne às obras realizadas no edifício do Tribunal, esclareceu que as mesmas eram da competência do Governo, no entanto, a preocupação deste Município foi criar espaços condignos aos munícipes do concelho e assegurar a sua continuidade, sob pena da tutela pretender o seu encerramento por falta de condições. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** esclareceu que esta Câmara Municipal, tudo fez para que o Tribunal de Fornos de Algodres viesse para o concelho de Celorico da Beira, no entanto, esta foi uma decisão política. Relativamente ao Tribunal de Celorico da Beira, disse que esta Câmara Municipal nunca deu um passo para a sua entrega, o que de facto aconteceu, é que este Tribunal não tinha condições, foi a Câmara Municipal que assumiu as responsabilidades da tutela e efetuou as obras uma vez que estava em causa a sua continuidade e o que poderia acontecer era o Tribunal de Celorico da Beira passar para Fornos de Algodres e hoje estaria também em Gouveia. -----

-----Disse que as CIM's estão a fazer uma reorganização administrativa camuflada e as Câmaras Municipais vão deixar de ter competências. Na sua opinião, se este executivo não se unir estamos a caminho da "Terra do Nada". -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse que não é só este governo que tem culpa, mas sim, todos os governos até então. Esta situação deve-se à má classe política que têm tido, quer a nível central, quer a nível local, porque o que conta são os votos. Disse que o Interior tem cada vez menos pessoas e há uma

tendência para o seu esvaziamento, sendo que, as competências são transferidas para onde há poder de votos. -----

-----Na sua opinião, o problema reside no facto de uma região, o Interior, ainda não se ter unido para contrariar estas medidas e exigir uma política diferenciada. Não existe liderança, sendo que, o que conta é ganhar eleições na sua capelinha. Acrescentou ainda, que os critérios para o Litoral e para o Interior deveriam ser diferentes. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** congratulou-se com a intervenção do Senhor Vereador Victor Santos. Considera que o Interior cada vez tem menos peso político, sendo de opinião que deveria existir uma união de todos para uma política concertada. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** concorda com o que dito pelos Senhores Vereadores. Na sua opinião, se as forças vivas do concelho unissem esforços, teriam mais força enquanto região. -----

-----**2. REQUERIMENTO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----**ASSUNTO: FÉRIAS**-----

-----Foi presente requerimento em nome do Senhor Vice-Presidente da Câmara, datado de 15/7/2014, com registo de entrada n.º 1940, dando conhecimento de que se irá encontrar de férias no período de 18 a 22 de agosto de 2014. -----

-----**3. SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DESIGNADO POR "LACTICÍNEOS DE CELORICO"**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 29/7/2014, com registo interno n.º 62, dando conhecimento de que a empresa "Uniláctea" pretende instalar uma unidade industrial, que não se

encontra atualmente em funcionamento. O promotor pretende modernizar a unidade industrial através de um “ (...) processo de reformulação técnica e funcional (...), necessárias ao correto funcionamento da unidade industrial, designadamente no que se refere aos equipamentos necessários para a atividade a exercer.-----

-----O promotor informa que vai apresentar um projeto na autarquia, para apreciação, instruído de acordo e para cumprimento de todos os pressupostos legais e aplicáveis, encontrando-se já a tratar do licenciamento do exercício da atividade industrial junto da Entidade Coordenadora.-----

-----O promotor solicita que a Câmara Municipal formalize não haver restrições à viabilidade de localização, face ao cumprimento das regras em vigor em sede de instrumentos de gestão territorial do concelho, para efeitos de instrução do processo na Entidade Coordenadora.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** congratulou-se com a intenção de reativação desta unidade industrial, esperando que sejam também criados postos de trabalho. Nesta sequência, solicitou que fosse agendado para a próxima reunião de Câmara o ponto de situação relativamente ao Parque Industrial, nomeadamente, investimento feito, interessados, regulamento, condições em que serão cedidos os lotes e outros fatores que considerem relevantes dar conhecimento. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Parque Industrial está concluído. Relativamente ao Regulamento, disse que existe uma versão preliminar, que irá ser disponibilizada aos Senhores Vereadores para análise. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou envio do regulamento do parque Industrial por email. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Manuel Portugal** regozijou-se pela reativação desta unidade fabril. Alertou para o facto de no passado terem sido cometidos alguns erros, nomeadamente a nível de esgotos. Fez uma chamada de atenção para o último parágrafo da informação apresentada, a qual refere que o promotor deve ser informado que a Câmara Municipal apenas recebe esgoto doméstico, sendo o mesmo obrigado a tratar os efluentes resultantes da atividade exercida na unidade industrial. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir **Certidão de Localização**, para a unidade industrial de tipo 2, designada por “**Lacticínios de Celorico**”, no local pretendido, ao abrigo do n.º 4, do art.º 8.º, do PUCB. -----

-----Mais deliberou, que o promotor fosse informado da obrigatoriedade de licenciamento, além da Entidade Coordenadora, na Câmara Municipal, no que se refere ao aplicável a eventuais alterações, de arquitetura ou de projetos de especialidades, se aplicável. -----

-----Deliberou ainda, que o mesmo fosse informado que a Câmara Municipal apenas recebe esgoto doméstico, sendo o promotor obrigado a tratar os efluentes resultantes da atividade exercida na unidade industrial, e apresentar os documentos que comprovem que tal tratamento (da sua competência) é efetuado.-----

-----**3.1 ASSUNTO: XV DESCIDA EM CARRINHOS DE ROLAMENTOS - CADAFAZ 2014**-----

-----**Requerente: Rui Miguel Fonseca Venâncio**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 130/2014, datada de 22/7/2014, com registo n.º 2025, dando conhecimento de que solicita o requente a licença/autorização para a realização da atividade “XV Descida em Carrinhos de Rolamentos – Cadafaz 2014”, no próximo dia 10 de agosto de 2014, entre as 16:00h e as 19:00h, no troço da Estrada

Camarária que liga Celorico da Beira à povoação de Prados, especificamente entre o Km 9 (povoação do Cadafaz) e o km 12 (Alto de S. Domingos ou Alto de Prados).-----

-----Caso o pedido seja deferido, deverá o requerente proceder ao pagamento das taxas municipais no valor de 25,69€, conforme o n.º 1 e 2, do art.º 83.º do Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira. --

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse que da análise efetuada à documentação, considera que deveria ser exigida a instrução correta do pedido, uma vez que, o mesmo na autarquia é feito em nome de Rui Venâncio, o tomador do seguro é a Associação de Solidariedade do Cadafaz e o parecer do ICNF é em nome da Associação Desportiva, Cultural e Social da Aldeia de S. Sebastião, apesar de todos se referirem à mesma atividade. Alertou para o facto de existir um seguro associado a esta atividade, que no caso de algo correr mal, a seguradora poderá fugir às suas responsabilidades.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** propôs que esta deliberação fique condicionada à substituição do requerimento, que terá de ser apresentado em nome da Associação de Solidariedade do Cadafaz, tal como o tomador do seguro, salvaguardando assim, as partes interessadas.

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a realização da atividade e o corte de estrada, nos termos descritos na informação técnica, ficando esta aprovação, condicionada à substituição do requerimento, que terá de ser em nome da Associação de Solidariedade do Cadafaz, bem como, incumbir os serviços de dar cumprimento a todos os requisitos nela constante.**-----

-----**3.2 ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
"BENEFICIAÇÃO DA EN 17 - EM 554 (MESQUITELA)" – APROVAÇÃO
DE MINUTA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 1/8/2014, com registo n.º 2189, remetendo minuta do contrato referente à empreitada “Beneficiação da EN17 – EM554 (Mesquitela)”, para aprovação.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se a Biosfera é a mesma empresa que efetuou as obras da EN16, ao que o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** anuiu. Nessa sequência, não pode deixar de referir novamente a deficiente sinalização dessa obra, tendo-se inclusive registado alguns acidentes. Disse que já havia mencionado anteriormente a falta de segurança em termos rodoviários, frisando também as infrações por parte do empreiteiro ao nível da segurança, daí ter insistido para que o plano de segurança, primeiro, fosse validado pela técnica da autarquia. No que concerne à beneficiação da EN17 – EM554 e tratando-se da mesma empresa, é de opinião que o Município deverá tomar medidas, para que as situações anteriormente descritas não sejam recorrentes. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** concorda que em termos de segurança não poderá voltar acontecer a mesma situação, uma vez que põe em causa a segurança de todos os utentes. O empreiteiro da obra deverá ser informado destas preocupações e cumprir o Plano de Segurança da empreitada. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que esta empresa menospreza as questões de segurança, por esse motivo, a autarquia terá de exigir a salvaguarda desta situação, nomeadamente no contrato, através da inclusão de uma cláusula que acautele a segurança dos trabalhadores e dos utentes da via. No caso desta situação não se

verificar, deverá constar que a autarquia pode interromper a obra por incumprimento das regras de segurança, bem como, que os acidentes ocorridos sejam da responsabilidade do empreiteiro.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato referente à empreitada “Beneficiação da EN17 – EM554 (Mesquitela)”.**-----

-----**4. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DE COLOCAÇÃO DE CONTADOR - NOVO PEDIDO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 24/7/2014, com o registo interno n.º 2080, dando conhecimento de que o munícipe identificado na mencionada informação requereu isenção de taxa de colocação de contador.-----

-----Depois de analisado o pedido e de acordo com o art.º 47.º, Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e considerando o enquadramento do processo no mesmo, o Gabinete de Ação Social propõe que o munícipe usufrua da bonificação prevista no Capítulo VII, Bonificações, art.º 46.º, alínea c). -----

-----**A Câmara, com base na informação técnica, deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, isentar do pagamento de colocação de contador, o requerente José Carlos da Silva Mota.**-----

-----**4.1 ASSUNTO: CANDIDATURA AO PAA – DESPORTO**-----

-----**Requerente: Associação de Solidariedade do Cadafaz**-----

-----Foi presente informação interna, com o registo n.º 2156, datada de 29/7/2014, referindo que no âmbito do PAA, entrou na autarquia uma candidatura da Associação de Solidariedade do Cadafaz, na área de

Desporto. A referida candidatura destina-se a uma atividade, designada XV Descida em Carrinhos de Rolamentos 2014. O apoio solicitado pela IPSS é no valor de 3.000,00€, sendo o encargo total da atividade no valor de 4.500,00€. Nesta sequência, submete-se minuta do contrato-programa a celebrar entre a referida Associação e o Município de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** propôs a atribuição de um apoio financeiro no montante de 1.000€, uma vez que também contribuem a nível de apoio logístico. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** é de opinião que deveriam ser definidos critérios de apoio para todas as associações, no âmbito do PAA, propondo a criação de uma fórmula, entre o encargo da atividade, o valor solicitado e o valor atribuído. Relativamente ao valor proposto, pretendeu saber como foi calculado. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que as atividades no âmbito do PAA têm de ser analisadas caso a caso, uma vez que existem outros critérios a ter em conta, nomeadamente o apoio logístico. Disse que a Câmara Municipal presta apoio de outra natureza, a que acrescem os 1.000€. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que na atribuição destes subsídios deveriam separar o apoio material do financeiro. Os custos com pessoal também poderiam ser apurados e acrescidos ao apoio monetário. O apoio material, casuisticamente, desde que a autarquia tivesse possibilidades, também poderia ser cedido. Considera que seria útil para a autarquia que o apoio financeiro ficasse sujeito a uma percentagem, que poderia ser de 20 a 25% do orçamento das atividades. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que é uma questão que poderá ser analisada. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que é a favor do apoio para esta atividade. No entanto, disse rever-se na palavras do Senhor Vereador Victor Santos, ou seja, é necessário definir critério para atribuição de subsídios no âmbito do PAA. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o contrato-programa a celebrar entre a Associação de Solidariedade do Cadafaz e o Município de Celorico da Beira, nos termos do PAA, cujo apoio financeiro será no montante de 1.000,00€.** -----

-----**5. MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR** -----

-----**ASSUNTO: SUBSCRIÇÃO DO DOCUMENTO "COMPETITIVIDADE DO SECTOR DO GRANITO PORTUGUÊS" – RATIFICAÇÃO** -----

-----Foi presente ofício do Município de Vila Pouca de Aguiar, com entrada n.º 6817, datado de 23/7/2014, a solicitar que o Município de Celorico da Beira sobrescrevesse documento relativamente à Competitividade do Sector do Granito Português, sobre o qual recaiu despacho do Senhor Presidente, presente à reunião para ratificação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** propôs que fosse enviado para o Senhor Presidente do Município de Vila Pouca de Aguiar, um agradecimento, em nome de todo o executivo, pela amabilidade que teve em convidar Celorico da Beira a associar-se a este problema, felicitando-o pela visão de resolução de uma temática que também é onerosa a este concelho. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente, com o seguinte teor: “Comunique-se o apoio ao documento apresentado”.-----

-----6. SECÇÃO DE CONTABILIDADE-----

-----ASSUNTO: FUNDO DE MANEIO - FÉRIAS SOCIAIS 2014 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, datada de 23/7/2014, com registo n.º 2053, referindo que em virtude da realização das “Férias Sociais 2014”, foi comunicado pelo Gabinete de Ação Social, da necessidade da realização de despesas urgentes e inadiáveis com o referido evento. Foi criado um fundo de maneo no valor de 300€. O fundo terá como responsável pela sua movimentação a Técnica Superior, Celita da Silva Cardoso.-----

-----Sobre o assunto foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Deferido. À reunião de Executivo para ratificação”.-----

-----A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.-----

-----6.1 ASSUNTO: 5.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2014-----

-----Foi presente informação interna n.º 2188, de 1/8/2014, da Secção de Contabilidade, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, dando conhecimento de que a 5.ª alteração ao Orçamento e GOP's de 2014, tem como objetivo assegurar dotação orçamental as seguintes rubricas: 020202 e 020220.-----

-----Informa ainda, que foram efetuados diversos ajustamentos noutras rubricas de despesas de acordo com previsões de despesa a realizar.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que esta alteração tem como objetivo essencial assegurar dotação orçamental nas rubricas orçamentais de locação de material de transporte, ou seja, aluguer de camião do lixo enquanto o do Município está a reparar, bem como, eventos e exposições de produtos regionais, no que diz respeito aos próximos eventos a realizar. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** informou o Senhor Vice-Presidente que as explicações prestadas não justificam as alterações propostas para os eventos e exposições de produtos regionais e pretendeu saber como se processa a recolha do lixo em Celorico da Beira, e qual o papel da Resistrela em todo este processo, bem como, o ponto de situação dos carros de recolha do lixo.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que a recolha do lixo é da responsabilidade da Câmara Municipal, sendo que, posteriormente é transportado pela Resistrela, para o Fundão, para tratamento e que os camiões do lixo já têm muito desgaste e sofrem avarias frequentemente. ----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Victor Santos** sugeriu que, face aos elevados custos dos alugueres e a má situação económica do Município, a par de que a redundância de meios é desejável para Celorico da Beira e Municípios circundantes, o Município tome a iniciativa de propor aos outros Municípios limítrofes a aquisição de um camião em conjunto, que possa constituir um meio redundante para efetuar a recolha em qualquer um dos municípios em caso de avaria dos meios de recolha específicos de cada Município.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e Manuel Portugal, aprovar a 5.ª alteração ao orçamento e GOP's de 2014.**-----

-----**7. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: REQUERIMENTO DE DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 8/7/2014, com registo interno n.º 1857, referindo que a trabalhadora com o registo mecanográfico 275 solicitou emissão de uma declaração que reporte que pretende exercer funções de natureza privada numa empresa. -

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou uma relação de todos os funcionários que possuem acumulação de funções. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir declaração de autorização de acumulações de funções, à trabalhadora com o registo mecanográfico 275.**-----

-----**8. RUI AVILEZ VALENTE**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE PROTOCOLO COM O MUNICÍPIO**-----

-----Foi presente ofício em nome do Senhor Rui Avilez Valente, datado de 1/8/2014, com registo de entrada n.º 7005, no qual refere que é colecionador cervejeiro, faz parte do Comité Mundial de Colecionismo Cervejeiro, da Confraria da Cerveja, sendo ainda Presidente da Associação de Colecionismo Cervejeiro de Portugal. Possui uma vasta coleção de peças originais e bastante representativas de Portugal e outros países, em número aproximado de 36.500 peças. Nesta sequência, propôs a elaboração de um Protocolo com o Município, bem como, a cedência de um espaço nas instalações do Município para acomodar toda a coleção até à montagem da mesma. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** explicou que este ofício tem como objetivo a elaboração de um Protocolo entre o Senhor Rui Avilez e o Município, no que diz respeito à cedência das peças de colecionismo. Considera que este tipo de iniciativas promove o concelho, sendo também uma mais-valia, que passará por cativar turistas, colecionadores, criando para o efeito um espaço cultural e original, podendo ainda, ter uma vertente prática, com a realização de *workshops*. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** fez uma chamada de atenção, relativamente aos moldes em que este Protocolo irá ser feito, mais concretamente, no que diz respeito aos compromissos que a autarquia irá assumir. Disse que criar um espaço museológico, acarreta custos e despesas, questionado se a autarquia tem essa disponibilidade. Na sua opinião, ou se cria um espaço condigno, ou poderá desvalorizar a cedência. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que todas as situações serão devidamente acauteladas no Protocolo, que será sujeito aprovação em reunião de executivo. No que concerne ao espaço, para armazenar toda a coleção, até à montagem da mesma, sugeriu o Mercado Municipal. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à elaboração de um Protocolo entre o Município de Celorico da Beira e o Senhor Rui Avilez Valente, para cedência das 36.500 peças de colecionismo.** -----

-----**Mais deliberou, disponibilizar um espaço no Mercado Municipal, para acomodar toda a coleção, até à montagem da mesma.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:25h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----

